

**O SEGREDO DA DEMOCRACIA, O POR VIR DO SERTÃO QUE SEGUE
(N)A CARTA DE 1946**

*THE SECRET OF DEMOCRACY, THE COMING OF THE SERTAN THAT
FOLLOWS (N) THE LETTER OF 1946*

Álvaro Ricardo de Souza Cruz*
Bernardo G.B. Nogueira**

RESUMO: O presente trabalho insere-se dentro do movimento direito e literatura. A leitura estabelecida faz dialogar com os percalços histórico-políticos da constituição de 1946 com o conto “A hora e vez de Augusto Matraga” de Guimarães Rosa. Os elementos teóricos que conduzem a prosa são os quase conceitos derridianos, a saber: “democracia por vir”, “acontecimento” e uma muito especial leitura do que propriamente seria a literatura sob a ótica de Jacques Derrida. O que temos é um texto que dialoga com o percurso traçado por aquela constituição e os elementos de espanto e invenção que tanto o conto como a estória desta constituição permitem para abrir os flancos e pensar contemporaneamente o que este olhar empresta para os estudos constitucionais e de direito e literatura.

Palavras chave: constituição; direito e literatura; Guimarães Rosa; Augusto Matraga;

ABSTRACT: *The present abstract inserts within the law and literature movement. The established reading dialogues the historical-political distress of the 1946 constitution with the Guimarães Rosa's tale "A hora e a vez de Augusto Matraga". The theoretical elements that lead the prose are almost the Derridian concepts, namely, "democracy to come", "happening" and a very special reading of what would be the literature in the perspective of Jacques Derrida. What we have is a text that dialogues with the course traced by that constitution and the elements of astonishment and invention that both the tale and the story of this constitution allow to open the flanks and think at the same time what this look lends to the constitutional studies and law and literature.*

Keywords: *constitution; law and literature; Guimarães Rosa; Augusto Matraga;*

Recebido em: 07/08/2018
Aceito em: 21/08/2018

* Doutor e mestre em Direito pela UFMG. Procurador da República do Ministério Público Federal. Professor da PUC/MG.

** Doutor em Direito pela PUC/MG. Professor da Faculdade de Direito Milton Campos.

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1946 marca um interregno entre dois períodos de arbítrio: o Estado Novo e a Ditadura civil-militar de 1964. Um tempo no qual a democracia esteve sempre em risco, seja, pelos discursos de Carlos Lacerda em torno da bandeira udenista de probidade administrativa, seja pela revolta de Jacareacanga, a insurreição de Aragarças, ou pela tentativa de negar posse ao Presidente João Goulart. Um momento em que a democracia se fez por um espaço de tempo e lugar entre a violência e a bossa nova; um limite entre o arbítrio e a liberdade da “tropicália”¹.

A democracia causa estranheza. Não apenas pela polissemia de sentidos e, portanto, pela incapacidade de ser apreendida conceitualmente pelos diferentes cientistas políticos. Ela causa estranheza por pretender vicejar numa terra no qual “os tiros e a faca” foram sempre a solução. Democracia surge “santa” no projeto acidental de substituição de Deus pelo Povo², esse último substantivo tão transcendental quanto o primeiro.

Terra e tempo pouco afeitos a civilização e a civilidade para com as pessoas. Tempo e terra mais acostumados aos dissensos serem resolvidos pela ação bruta do mais forte. Nossas forças armadas, desde sua estruturação com

¹ O movimento que, nos anos 60, virou a tradição da música popular brasileira (e sua mais perfeita tradução – a bossa nova) pelo avesso ganhou o apelido de “tropicalismo”. O nome (inventado pelo artista plástico Hélio Oiticica e posto como título em uma canção minha pelo homem no Cinema Novo Luís Carlos Barreto) Tropicália, de que o derivaram, me soa não apenas mais bonito: ele me é preferível por não se confundir com o “luso-tropicalismo” de Gilberto Freyre (algo muito mais respeitável) ou com o mero estudo das doenças tropicais, além de estar livre do sufixo *ismo*, o qual, justamente por ser redutor, facilita a divulgação com status de movimento ideário e de repertório criados. (VELOSO, 2017, p. 51)

² Para uma leitura crítica e *por vir* do termo democracia ver DERRIDA, 2009: “Toda a questão da “democracia” poder-se-ia reunir em torno desta força transcendental: até onde estender a democracia, o *povo* da democracia, e o “cada um” da democracia? Até aos mortos, aos animais, às árvores e às pedras? (...) Milhentas questões se acotovelam aqui. E que fazer então daquilo a que se chama inconsciente, e portanto d divisibilidade espaçada, da multiplicidade hierarquizada, do conflito de forças que ele impõe à identidade soberana? Quantas vozes para um inconsciente? Como conta-las? O que pode uma psicanálise passada ou por vir dizer-nos da democracia? Há uma democracia no sistema psíquico? E nas instituições psicanalíticas? Quem vota, o que é uma voz, no sistema psíquico e político? No Estado, nas instituições internacionais, incluindo as da psicanálise? O superego? O eu? O subconsciente? O eu ideal? O ideal do eu? O processo primário, os seus representantes, etc. ? Como contar as vozes? Qual é a unidade de medida, e em que técnica nos fiarmos para calcular? Qual a lei desta medida? Onde encontrar o metrônomo? Como repensar uma metronomia psíquica, embora não egológica da democracia, das suas alternâncias e dos seus “à-vez” [“*tour à tour*”].”



a Guerra do Paraguai, surgem como uma instituição com propósitos de arranjo político em torno da integração nacional e da moralidade pública de alguns poucos dessa terra. Terra e tempo que mostram quão frágil é o limite entre Direito e Política.

Terra, tempo, limite, semântica. Uma terra que separa a razão. Um tempo que afasta qualquer cronologia. Um limite que está além de qualquer fronteira. Uma semântica, mais do que (re)produzida, uma criação nova. E em que terra, tempo, limite e semântica poderiam ter um “encontro marcado” melhor do que na obra de João Guimarães Rosa? Quem melhor do que ele para retratar esse momento? Um escritor que cria rastros de uma interpretação inteiramente nova do Brasil. Guimarães Rosa está entre os grandes que analisaram nossa brasilidade, entre os quais destacamos, entre outros, Raimundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, Roberto da Mata e Darci Ribeiro e mais contemporânea e criticamente, sobretudo a Buarque de Holanda, Jessé de Souza

“Sagarana” é uma das primeiras de suas obras e ao lado de “Grande Sertão: veredas” constituem uma obra-prima. Em ambas, seu principal personagem é seu traço, seu modo genial de escrever, como bem o dizia o poeta Manuel de Barros³. Suas histórias – ou seria melhor dizer “causos” - não se esgotam **pela** semântica, mas principalmente **na** semântica. Não apenas porque ela não existe ou existiu em qualquer rincão do país. Sim, pois em grande medida sua escrita é fruto de elaborada criação. Traço especialmente marcado pela transgressão que ele opera entre a grafia e sua fonética. Grafia e oralidade não se separam⁴. Ele admitiu seu “delito” para sua tradutora para o inglês, Harriet de

³ Assim, diante da poesia de Barros, Massaud Moisés (2004, p. 311), por exemplo, afirma que Barros tem uma “dicção própria, que faz lembrar a prosa inventiva de Guimarães Rosa”. O editor Ênio Silveira (1994, 1ª orelha) diz que Barros é “o Guimarães Rosa da poesia”. Também consta no artigo de Ana Acioly (1988, p. 116) a seguinte afirmação de Silveira: “Manoel de Barros tem para a poesia o mesmo impacto que Guimarães Rosa teve para a prosa brasileira”. [...] Para a professora Berta Waldman (1996, p. 29), a poesia de Barros “interage mais com a prosa poética de Guimarães Rosa”. João Borges (1993, p. 3), ao fazer a cobertura, em Campo Grande, do lançamento da edição de luxo de *O livro das ignoranças*, sob responsabilidade de José Mindlin, registra conversa do poeta e do bibliófilo, que julga Barros como “uma espécie de Guimarães Rosa da poesia”. (LISBÔA, 2017, p. 18-19)

⁴ TRIBUTO A J. G. Rosa

Passarinho parou de cantar.

Essa é apenas uma informação.

Passarinho desapareceu de cantar.



Onís, dizendo que suas obras são um diálogo entre a palavra e o som, entre o signo gráfico e sua oralidade:

Acho (...) que as palavras devem fornecer mais do que significam. As palavras devem funcionar também por sua forma gráfica, sugestiva e por sua sonoridade, contribuindo para criar uma espécie de 'música subjacente'. Daí o recurso às rimas. À assonância, e, principalmente, às aliterações. Formas curtas, rápidas, enérgicas. Força, principalmente".⁵

Guimarães Rosa foi fundo para conseguir uma semântica não saturada no esforço de unir *grammé* e *phoné*. Um texto que causaria impacto na fenomenologia de Jacques Derrida, pois a ordem de preferência pela oralidade à escrita, como marca do Ocidente, está denunciada, subvertida, anulada. Se, em *Grande Sertão: veredas*, ele emprega expressões como “a bala beijafiorou” e “ela beladormeceu”, no texto *A hora e vez de Augusto Matraga* podemos encontrar “Nomopadrofilhopritossantamêin”, “a casa matraqueou que nem panela” e “um cachorro soletrava, longe, um mesmo nome, sem sentido”.

Por vezes, interromper o silêncio da leitura para fazê-la oralmente facilita sua compreensão. A extensionalidade e a intensionalidade de sua semântica desconstrói o espaçamento entre o mundo -mesmo ficcional – e a palavra⁶. Seu texto, antes de mais nada, questiona essa charneira entre a língua e o estado de coisas. Inclusive sociais.

O texto *A hora e vez de Augusto Matraga* é pródigo em denunciar tanto a misoginia quanto a hipocrisia de nossa sociedade. Fica claro que Dona Dionóra, esposa de Augusto Matraga, é uma “senhora dona”, mas que permanecia no

Esse é um verso de J.G. Rosa.

Desapareceu de cantar é uma graça verbal.

Poesia é uma graça verbal. (BARROS, 2013, p. 23)

⁵ Fundo João Guimarães Rosa. Série Correspondência, Carta de João Guimarães Rosa a Harriet de Onís, 11 de fevereiro de 1964. Pasta C8. Arquivo Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo. E na toada do que vem escrito, ouçamos/leiamos Manoel de Barros: “Não obliero moscas com palavras. Uma espécie de canto me ocasiona. **Respeito oralidades. Eu escrevo o rumor das palavras.** Não sou sandeu de gramáticas. Sei o nada aumentado. Eu sou culpado de mim. Vou nunca mais ter nascido em agosto. No chão de minha voz tem um outono. Sobre meu rosto vem dormir a noite. (BARROS, 2013, p. 23)

⁶ Davidson parte da concepção de Quine pela qual a semântica deveria ser distinguida em dois planos, o extensional e o intensional. O **plano extensional** ligar-se-ia à teoria da referência, que examina as potencialidades da linguagem de designar, o que incluiria a capacidade de correspondência de conceitos com objetos singulares. O **plano intensional** seria estudado pela teoria da significação, que examinaria como e porque as características de um conceito seriam capazes de conhecer e distinguir alguma coisa. (CRUZ, 2011, p. 72-73)



mais claro esquecimento, pois ele somente se interessava por mulheres como Sariema, uma “mulher-atôa”, uma “rapariga”, “senvergonhosa e dengosa”, uma das “mulheres perdidas” que Augusto Matraga “pegou” por “direito” no leilão no prostíbulo, logo no início do conto. O prostíbulo não era lugar para “gente séria” nem pra “gente direita”. Ele não importou com a vontade de Sariema, que claramente preferia os encantos do “capiauzinho” que estava a seu lado. E, diante de sua resistência, respondeu a “falta de lugar” entre os dois com costumeira violência, surrando o pobre coitado, com a ajuda de “quatro cacundeiros”.

E, vitorioso, levou Sariema. Mas não “consumou sua vitória”, seja em razão de sua deficiência física da moça – ela tinha uma “perna de manuel-fonseca, uma fina e outra seca”, seja porque seu fiel empregado Quim Recadeiro lhe trazia recado de sua mulher, pedindo sua presença, pois iria viajar logo pela manhã. Nhô Augusto a ignorou, como sempre. Mandou que seguisse viagem sem sua presença. Sua resposta não foi surpresa para Dona Diônora: “Diônora amara-o três anos, dois naos dera-os ás dúvidas, e o suportara os demais. Agora, porém, tinha aparecido outro. Não, só de pôr aquilo na ideia, já sentia medo... Por si e pela filha... Um medo imenso”.

Assim, quando ela seguiu viagem apenas com sua filha, qual não foi sua surpresa, quando na estrada surgiu seu Ovídio, exigindo que seguisse com ele. E mandou recado para Matraga, que de Matraga não é nada, e sim, Augusto Esteves, filho do coronel Afonso Esteves: Ele seguiria dali em diante com Dona Diônora! E, não importava para ele qual seria a reação de Nhô Augusto!

E, como era de se esperar, Matraga de pronto queria lavar sua honra. Mas, a “coisa” era mais complicada do que poderia a princípio parecer. Ele estava endividado e sem crédito. Guimarães Rosa mostra como a política influencia a atividade econômica, durante toda a nossa história.

Agora, com a morte do Coronel Afonso, tudo piorava, ainda mais. Nem pensar. Mais estúrdio, estouvado e sem regra, estava ficando Nhô Augusto. E com dívidas enormes, política do lado que perde, falta de crédito, as regras no desmando, as fazendas escritas por paga, e tudo de fazer ânsia por diante, sem portas, como parede branca. (ROSA, 2015, p. 303)



Matraga viu-se abandonado por seus jagunços por conta de falta de pagamento. E, para seu maior desgosto, descobriu que eles estavam agora a serviço de seu maior desafeto político, o Major Consilva. O único que não lhe abandonara, “Quim recadeiro”, era imprestável para o trabalho a que se propunha. Logo, antes de acertar as contas com Ovídio e Dionóra, precisava recuperar seus capangas medindo forças com seu inimigo político.

Mas, sua sorte não melhorou. Acabou levando a pior e foi fortemente surrado pelos seus ex-jagunços. Pior, entre seus agressores, estava justamente o capiauzinho que estava apaixonado por Sariema. E, pior ainda, o Major decretou sua sentença de morte. E, os jagunços os levaram para o “*rancho do barranco, ao fim de légua*” para terminar o “serviço”, visto que Matraga já estava “*picado de faca, quebrado de pancadas e enlameado grosso, poeira com sangue*”. Ele estava como morto. Logo, qual não foi a surpresa deles quando “*Nhô Augusto viveu-se, com um berro e um salto, medonhos*” em direção a um enorme barranco.

Os jagunços desistiram de qualquer perseguição. Era impossível que alguém, em condições normais sobrevivesse àquela queda, ainda mais uma pessoa naquelas condições. Contudo, um “*preto que morava na boca do brejo*” encontra o que restou dele e o leva para seu casebre de pau a pique, onde sua esposa, dona Quitéria o ajudaria a cuidar do infeliz.

E o improvável aconteceu nos meses que se seguiram. Não apenas por Matraga ter sobrevivido. Mas, especialmente, por ter-se encontrado com Deus, e admitido seus pecados. Ele “*voltou a recordar todas as rezas aprendidas na meninice, com a avó*”. E “*tomara um tão grande horror às suas maldades e aos seus malfeitos passados, que nem podia se lembrar; e só mesmo rezando.*” Ele teve uma “*derradeira conversa, muito edificante e vasta*” com o padre. E, então, Matraga percebeu quem tinha sido. Matraga entendeu quem era. “Ma” “traga”: Uma pessoa que trazia o mal, que fazia o mal, que agia mal. E teve horror de quem tinha sido.

Primeiro ajudou seus salvadores, pois “*aconselhou o preto a pincelar água de cal no limoeiro, e a plantar tomateiros e pés de mamão*”. Eles se tornaram seus novos pais. Em seguida, os levou daquele lugar até o povoado do Tombador. Surgiu como um novo homem. Um homem esquisito “*que ninguém não podia*



entender". Meio doido, meio santo, pois o que fazia era ajudar os outros. Não tinha medo do trabalho. Ele *"não tinha tentações, nada desejava, cansava o corpo no pesado e dava rezas para a sua alma"*. E mais: *"também, não fumava mais, não bebia, não olhava para o bom-parecer das mulheres, não falava junto em discussão"*. Ele se achava para além de qualquer redenção possível.

Passado algum tempo, teve notícia de sua família por intermédio de um velho conhecido, o "Tião da Thereza". Nada mudara com Dona Dionóra, que continua "amigada" com o seu Ovídio. Mas, a tragédia se abatera para sua filha, que *"tinha caído na vida, seduzida por um cometa, que a levar do arraial, para onde não se sabia, e para Quim Recadeiro, que não se conformando com a covardia contra seu patrão, morreu tentando tirar satisfação pelas mãos dos capangas do Major"*.

"Cada um tem a sua hora e a sua vez: você há-de ter a sua", pensou Nhô Augusto. Mas, ele sabia que tinha que continuar sua penitência. De todo modo, passou aos poucos a se conceder alguns benefícios. Voltou a *"pitar"*, pois pitar não era pecado. Voltou a sentir muita fome e a sentir muito sono. E com isso podia rezar melhor. Isso até acontecer de chegar no povoado, vindos da *"fronteira velha-de-guerra"*, um grupo de uns oito homens *"equipados com um despropósito de armas"*, tendo por líder "Seu Joãozinho Bem-Bem".

Matraga os procurou e os convidou *"para passar mal e se arrancar"* na sua casa. E, aceito o convite, os recebeu da melhor maneira possível. Providenciou *"aluá, frutas, quitanda, fumo cheiroso e muita cachaça"*. Galinhas, leitoa, ovos e doces para o deleite dos jagunços. E armou redes de fibra para o descanso da tropa. Tanto bem querer acabou aproximando Matraga e "Joãozinho Bem-Bem", pois seus *"anjos-da-guarda combinaram"*. E a *"proximidade foi tanta"* que o líder dos bandidos o convidou para *"se amadrinhar com meu povo"* ou seja, entrar no bando. Nhô Augusto recusou. Maesmo assim, ele sabia que era *"só bulir com a boca, que seu Joãozinho Bem-Bem, e o Tim, e Juruminho, E o Epifânio – e todos – rebentavam com o Major Consilva, com o Ovídio, com a mulher, com todo-o-mundo que tivesse tido mão ou fala na sua desgarração. Eh, mundo velho de bambaruê e bambaruá!"* Ele sabia que cada um tem sua hora e que a dele haveria de chegar!



Nhô Augusto voltou a sentir “*saudades de mulheres*”. A força da vida voltou a latejar. Aos poucos deixou de pensar em ir para o céu. E passado algum tempo, encostou a enxada e foi ter com mãe preta Quitéria e com seu pai preto Serapião pra se despedir. Seu coração o mandava ir embora. Ir atrás do grupo de Joãozinho Bem-Bem!

E não é que topou com eles? Lá chegando foi logo convidado para se arrancar com eles. Teve notícia da morte de Juruminho ao ser convidado para substituí-lo no bando. Matranga recusou novamente. A tentação era grande, mas ainda assim preferia seguir seu caminho. Contudo, não demorou a entrar no rancho um velho que vinha pedir pelos seus parentes, que supostamente tinham sido os responsáveis pela morte de Juruminho. Ele não pedia por sua vida. Pelo contrário. Pedia que “Seu Joãozinho” aceitasse sua vida em troca do perdão para seus filhos e filhas.

“Seu Joãozinho” não topou o trato. E exigiu do velho qual dos seus dois filhos ele deveria matar. E o velho se socorreu na força de Deus para lhe ajudar naquele momento. Mas, nem assim “Seu Joãozinho” se comoveu. Contudo, Matranga viu que sua hora e vez era ali e agora. E disparou contra o bando. Logo, *“a casa matraqueou quem nem panela de asar pipocas, escurecida à fumaça dos tiros, com os cabras saltando e maíndo de maracajás, e Nhô Augusto gritando qual um demônio preso e pulando como dez demônios soltos”*. Ele matou pelo três jagunços e os outros três correram. Nhô Augusto não queria matar seu Joãozinho. Mas, não teve escolha. Sua lâmina o *“talhara de baixo para cima, do púbis à boca-do-estômago, e um mundo de cobras sangrentas saltou para o ar livre, enquanto seu Joãozinho Bem-Bem caía ajoelhado, recolhendo os seus recheios nas mãos”*.

Mas, Nhô Augusto também estava ferido de morte. Diante do agradecimento do velho, pediu primeiro um enterro cristão para “Seu Joãozinho”. E não demorou para que o velho o reconhecesse como seu primo Nhô Augusto Estêves, das Pindaíbas. Então, Augusto Matranga fechou um pouco os olhos, com sorriso intenso nos lábios lambuzados de sangue, e de seu rosto subia um sério contentamento. Daí, mais, olhou, procurando João Lomba, e disse, agora sussurrado, sumido: “- *Põe a benção na minha filha... seja lá onde for que ela*



esteja... E, Dionóra... Fala com a Dionóra que está tudo em ordem! Depois morreu.”

Guimarães Rosa surpreende profundamente com essa “hora e vez” de Augusto Matraga. O texto parecia claramente conduzir para sua vingança e não para sua redenção como ser humano. Claro, o projeto de Nhô Augusto estava traçado desde que fora salvo no brejo pelos seus pais pretos. Ainda assim, ele deixava em aberto no retorno de Matraga para as “coisas do mundo” que ele iria buscar vingança contra o Major Consilva e contra Ovídio.

Assim, ao menos em nossa leitura, Guimarães Rosa surpreende. Seu enredo tinha, a princípio, um determinado desfecho: ele iria ao menos tentar sua revanche! Se conseguiria ou não, eu deixava para o autor da trama. Qual nada! Surpresa completa!

1. O POR VIR DA DEMOCRACIA, O POR VIR DA LITERATURA

Esse texto segue os passos de nossa história. Guimarães Rosa, mestre da vida, sabia muito bem como as coisas podem surpreender. E, para nós, a maior surpresa é justamente a longevidade da ordem constitucional de 1946. Um período marcado por diversas tentativas de golpe que foram inusitadamente obstadas das formas mais inesperadas possíveis.

Em agosto de 1954 parecia claramente não haver saída para Getúlio Vargas: ele seria apeado da Presidência da República. O atentado da rua Tonelero em 5 de agosto de 1954 contra a vida do jornalista e político Carlos Lacerda causou a morte do Major-aviador Rubens Florentino Vaz. Não demorou para que as suspeitas da autoria recaíssem contra Climério Euribes de Almeida, integrante da guarda pessoal do Presidente da República e amigo pessoal de Gregório Fortunato, segurança pessoal de Vargas.

As acusações de corrupção contra o governo já haviam solapado suas bases parlamentares. Agora, contudo, o estado de coisas mudou de patamar. O apoio dos militares desapareceu com a morte de um dos seus. Os pedidos de renúncia se multiplicaram na imprensa e no Congresso. Vargas estava encurralado. O único entre os membros do seu gabinete disposto a resistir, mesmo contra um putsch militar era Tancredo Neves. Depois de muita



negociação, sabia que caso se licenciasse os militares aproveitariam a oportunidade para depô-lo definitivamente e em seguida o prenderiam. A ordem institucional da recém promulgada Carta de 1946 teria fim oito anos após sua promulgação. Não havia saída...

Mas a história mostrou que as coisas não seriam assim. Ninguém poderia prever que Vargas desse um tiro em seu próprio peito, deixando uma carta testamento que iria incendiar as ruas.

Vargas chegou à madrugada do dia 24 de agosto confinado no Catete. Às 4h20 da madrugada, ele se levantou da cadeira e encerrou aquela que seria a última reunião do gabinete. Saiu do salão de reuniões, recolheu-se ao quarto. Às 6h da madrugada, seu irmão Benjamin bateu na porta para informá-lo de que recebera uma intimação e teria que comparecer ao Galeão. Só então Vargas teve a certeza de que ele era o próximo. Um pouco depois das sete da manhã, foi até o escritório, apanhou algo, voltou para o quarto carregando um envelope. E então, às 8h35 da manhã de 24 de agosto de 1954, Getúlio empunhou o revólver calibre 32 com cabo de madrepérola, encostou o cano no lado esquerdo do peito e apertou o gatilho. (ALONSO, GOMES, STARLING, 2018).

Milhares de pessoas foram as ruas. Jornais foram depredados e alguns incendiados. Motins estouraram Brasil afora, mas foram particularmente mais violentos em Porto Alegre e no Rio de Janeiro, então capital do país. O inesperado salvou a institucionalidade. E, não seria a única vez.

Dessa vez, a Aeronáutica não se conformou com a derrota política de UDN e com a eleição de Juscelino Kubitschek. A UDN tentara impedir as eleições diante da união dos partidos getulistas, PSD e PTB. E tinham razão, pois Juscelino e João Goulart foram eletos respectivamente Presidente e Vice do Brasil. Na manhã de 11 de fevereiro de 1956, em pleno carnaval, o Major Haroldo Veloso e o Capitão José Chaves Lameirão tomaram o bimotor Beechcraft e o encheram de armamentos e explosivos e o levaram para o município de Jacareacanga. Dias depois mais amotinados chegaram num bimotor Douglas c-47, permitindo a ocupação de cidades vizinhas, em especial Itaituba e Santarém. A imprensa udenista alarmava a população falando em cinco mil soldados amotinados.

Tudo levava a crer que uma guerra civil se avizinhava do Brasil. Novamente a legalidade estava por um fio. Contudo, mais uma vez o inesperado



aconteceu. Tão logo soube da possibilidade de serem bombardeados, o Major Veloso se rendeu enquanto o Capitão Lameirão escapou para a Bolívia. A ameaça à “legalidade” acabou como num estouro de bolha de sabão...

Os governistas entenderam estar tudo acabado. Especialmente decorridos três anos de absoluto sucesso do governo Juscelino. Seu plano de “cinquenta anos em cinco” parecia fazer com que em pouco tempo o país surgisse como uma potência econômica próxima da vizinha Argentina. Qual não foi a surpresa quando, no dia 2 de dezembro de 1959, o Constellation da Panair, que decolara do Rio de Janeiro em direção a Belém do Pará, foi tomado pelo Major Teixeira Pinto, que armado determinou o desvio do voo em direção ao aeroporto de Aragarças, no interior de Goiás.

Quando finalmente as urnas colocaram o “projeto moralista” de nossas elites com a vitória de Jânio Quadros, quem poderia prever o que aconteceria? Para os udenistas seu projeto estava dando frutos. Ele se consolidaria com a “vassoura” varrendo quaisquer perspectivas de direitos sociais no Brasil. Mas, para seu espanto, Jânio se aproxima de Cuba!!! Jânio tem projetos pessoais. Ele quer o poder para si e não para o grupo que o levou ao poder. Ele quer “fechar” o Congresso. Apresenta sua reeleição! Surpresa? Não! Simplesmente porque não aceitariam o populismo de esquerda de João Goulart. Eles teriam que ficar de joelhos e aceitá-lo de volta!

Ora, mais surpresa! Eles aceitaram sua renúncia! E, agora, golpeiam mais uma vez a “legalidade”. “Legalidade” se torna discurso no Piratini. Legalidade se consoma nas palavras do então governador Leonel Brizola. “Legalidade” se torna campanha! Ela divide o país! Guerra civil iminente! O terceiro exército se adere à legalidade. Dúvida nenhuma! Que a guerra fratricida se torna inevitável!

Mais surpresa! Surpresa mais que surpreendente. Aceitam a posse de João Goulart. Mas, aceitam um Presidente sem poderes nos limites do Parlamentarismo. Alternativa que não durou mais do que uma bolha de sabão ou uma baforada de cachimbo. Meses. Dias. Horas.

A “hora e vez” da democracia brasileira chegou ao fim em 31 de março de 1964? A ordem constitucional de 1946 teve seus últimos suspiros nos Atos Institucionais que tornaram nua a violência do Direito. Direito violento! Violência e Direito escancarados por 21 anos. A “hora e vez” de nossa democracia chegou?



Chegará algum dia? Está por chegar? De onde? De lugar nenhum? Do sertão? Como a literatura de Rosa pode ajudar com essas perguntas? Talvez, sim, pois sempre haverá um talvez. Com a ajuda de Derrida procuraremos entender como a literatura pode ajudar a responde-las...

1.1 POR UMA *DEMOCRACIA POR VIR*: SEGREDO E LITERATURA

O destino de Matraga, aquilo que os gregos antigos chamariam tragédia⁷, talvez seja uma das rotas para traçarmos o itinerário do encontro entre as narrativas que aqui se colocam. Ou seja, estaria Matraga, tal como a ordem constitucional em questão, lançado ao alvedrio do *ocaso*, aquilo que em acordo com os gregos antigos, seria o cavalo no qual monta a existência trágica? Estaria, Matraga, condenado a surpreender o leitor com sua busca por redenção, quando parecia estar a galopes para a vingança? Da mesma feita, estaria a ordem de 46, condenada à salvação, mesmo que a galopar a iminência de ser golpeada?

Iremos junto de Derrida trabalhar alguns de seus quase conceitos para observar onde essa trama se encontra. O primeiro deles seria a sua concepção de literatura, uma muito especial dicção acerca da literatura, uma “*estranha instituição*” a quem é tudo autorizado dizer. As obras, *Paixões* e *Essa estranha instituição chamada literatura* permitem reunir as reflexões entre literatura e segredo na senda deixada por Matraga e seu destino incerto. Aquilo que a obra rosiana traz ao leitor, à fruição montada na *incerteza*, de um *talvez*, exatamente a dimensão que se trata agora, qual seja, aquela do segredo, da possibilidade do segredo *da* e *na* literatura, aquilo que ela porta, e que como ensina Derrida, *apaixona*.

... amo alguma coisa *nela* que não se reduz de modo algum a uma qualidade estética, a uma fonte de fruição formal, isso seria *em lugar do segredo*. Em lugar de um segredo absoluto. Aí estaria a paixão. Não há paixão sem segredo, este segredo, mas não há segredo sem paixão.

⁷ A tragédia é o inevitável. É o acaso que nos choca, por que retira de nós toda a responsabilidade que achávamos ter pelo que acontece. A tragédia é o acaso eterno onde buscamos ver causas e efeitos. E ao vermos quão vã foi nossa tentativa atribuímos a todos os efeitos a causa sem causa do acidente. Para fugirmos do acaso, cavalgamos o acaso. O acaso, para nós que aprendemos a buscar explicação, a racionalidade de todas as coisas, nos humilha, nos fragiliza. A simples menção do absurdo num mundo que se caracteriza pelo excesso de sentido nos desarma, nos cansa. (NOGUEIRA, SILVA, 2009, p. 36)



Em lugar do segredo: aí, entretanto, onde tudo está dito e o resto nada mais é senão o resto, nem mesmo literatura. (DERRIDA, 1995, p. 47)

O que vê-se então é uma espécie de articulação interessada em uma certa noção de *acontecimento*; não aquele que comumente diz-se: -“ algo aconteceu aqui”, mas, de outro lado, levando ao limite o pensamento, o *acontecimento* como aquilo que seria impossível acontecer. Desbravando assim os limites do possível e inscrevendo nele o impossível, de maneira tal que dizer do *acontecimento*, apenas seria possível, se acaso nele viesse inscrita a surpresa da vinda. A isto, a este *acontecimento*, que tem em seu índice o impossível, é que aproxima de Derrida quando diz que apenas o impossível acontece, mesmo sob pena de nada acontecer.

Há um jogo no qual a regra, a lei da literatura põe-se em uma aporia, pois, a lei que a institui também é a lei que a permite negá-la, reinventá-la ou refundá-la. Daí Derrida dizer dela: *o nome sem a coisa*.⁸ Nada mais afeito ao momento da surpresa guardada pelo destino de Matraga; ao mesmo tempo, como poderíamos supor o destino da ordem constitucional em questão? A ausência de previsão não impede a filosofia. Ao mesmo tempo em que a previsão total emperra o conteúdo imagético, o que afasta a chance do *acontecimento*.⁹

A literatura tem como próprio de si, de sua lei sem lei, a chance mesma do *acontecimento*, ali onde a regra é esperada, de alguma maneira, no momento em que esperamos Matraga regressar à vida mundana e procurar vingança, revela-se o *acontecimento*. A literatura, a cada ato de si, revela um novelo novo, *diferido* do contexto de regras que a abalizavam anteriormente – e não seria outro entendimento do que nos ensina o já citado aqui Manoel de Barros: “*Tudo*

⁸ A perspectiva derridiana sobre a estrutura do literário, pode-se inferir, é regulada pela “lógica do não aparecimento”: toda narrativa, todo relato, ficcional ou não, é uma relação com aquilo que ela narra. Nesta relação, tanto o relato, a narrativa, quanto o relatado, o que é narrado, não aparecem em sua presença efetiva. Mas é exatamente este não aparecer que não somente estrutura a narrativa, mas também impulsiona o desejo sempre renovado de lê-la, interpretá-la, enfim, dela se apropriar [...] para Derrida, de alguma forma, só se fala sobre o que não aparece, sobre o que nunca está disponível, existente em si mesmo. Até porque a presença, o existente por si mesmo, será sempre o correlato de um desejo dogmático de apropriação; que é também o de impor ao talvez um ponto final. (DUQUE-ESTRADA, 2014, p. 54-55)

⁹ É nesta perspectivado novo, do (im)programável, do (im)possível, do (in)esperado, como *figuras* do por vir, em contraste com a já planejada e programada ordem do *mesmo* que se projeta para o futuro, que Derrida se refere à literatura, lançando mão da palavra “talvez”: “Ela [a literatura] é a coisa mais interessante do mundo, talvez mais interessante que o mundo...” (DUQUE-ESTRADA, 2014, p. 48)



que não invento é falso”; ou, o próprio Guimarães Rosa: “E assim se passaram pelo menos seis ou seis anos e meio, direitinho deste jeito, sem tirar e nem pôr, sem mentira nenhuma, porque esta aqui é uma estória inventada, e não é um caso acontecido, não senhor.” (ROSA, 2015, p. 314)

Nestes termos, o que a literatura porta, o que nela encanta, e em Rosa isso fica evidente, é exatamente a sua dimensão de estranheza, isso em duas vias: a primeira, que torna a literatura sempre diferida daquilo que a lei impõe, ou seja, se ela, como ensina Derrida, tem o poder de tudo dizer, significa que sempre poderá estar para além da lei, da lei que assegura que os ritos sejam cumpridos, que em uma dicotomia moderna e desgastada indicaria Matraga a andar atrás da vingança, buscando sua honra – o que não ocorre, para nossa surpresa, para o bem da literatura, e que revela que ela sempre é aquilo que porta o segredo.

A segunda, talvez a que mais chame a atenção, seria a própria noção de alteridade que a estranheza da literatura permite, ou seja, cada ato de literatura traz consigo uma dimensão de inventividade, o que atesta sua estranheza ante a ordem posta. Ela, portanto, estranha a si por *acontecer* ao se transcender, ao mesmo tempo, é estranha à instituição que a consagra, pois, torna-se “o que é” na mesma medida em que alarga, questiona e reinventa as bordas da instituição. “A lei da literatura tende, em princípio, a desafiar ou a suspender a lei. Desse modo, ela permite pensar a essência da lei na experiência do “tudo poder dizer”. É uma instituição que tende a extrapolar [*déborder*] a instituição. (DERRIDA, 2014, p. 49)

O termo segredo aqui será trabalhado em concomitância com a noção de tudo poder dizer, que nos enviará telegraficamente para a noção de *democracia por vir* de Derrida. Assim, o segredo não restaria aqui como uma noção apequenada de algo que porventura esteja a se esconder; na dimensão segredosa a que se dá a literatura, a sua própria condição de tudo poder dizer anima. A literatura traz o segredo de tudo dizer, ou de tudo poder ser dito. E traz de modo incondicional tanto ao autor quanto aos intérprete. E, então, outro segredo pode ser desvelado. Qual seja, “o sertão”!

O sertão é o avesso da ordem. Em nossa história os portugueses transformaram o litoral naquilo que se aproximava da metrópole. Tal qual



caranguejos, riscavam as costas em busca de pau brasil. O interior é o universo dos bugres. O sertão é o universo dos brutos. Para lá fogem os bandidos e os devedores. Para lá vão os deserdados atrás de riqueza e do ouro. Lá nascem os sem lei. Lá não há posse, propriedade ou direito. Lá é o espaço nu de Agamben. Espaço do caos. Espaço puro. Pura liberdade!¹⁰

Liberdade bruta! Violenta! Encanto num canto de desencanto. Canto dos bichos. Cantos dos brutos. Encantamento. Mito. Sonho. Fora dos limites do *logos*. Além da razão. Ir ao sertão forjou o Brasil. Ir ao sertão fez de nós o que somos. Sem o gado, o ferro, o ouro, a cana, o Brasil não teria identidade. Essa terra e esse tempo dados como acontecimentos do sertão forjam nossa história. Demarca o tempo da lei e do Direito para os super incluídos, quais sejam, os possuidores de riqueza, os intelectuais, os burgueses, a classe média. De preferência branca. De preferência masculina. De preferência heterossexual. De preferência..., pois nossa cordialidade prefere acreditar e “democracia racial”, “democracia de gênero”. “Democracia...”

Sertão e litoral. Não há um sem o outro. Assim como não há ordem sem desordem. Estado de Direito sem Estado de Exceção. Não há cidadania sem o *homo sacer*, aquele destituído de qualquer esperança/promessa pelo Direito. Ou, uma “prostituta” ainda deve acreditar que será respeitada? Um presidiário deve acreditar que a violência que sofre irá ressocializá-lo? Um originário dessa terra, chamado de índio, ainda deve acreditar em respeito? Uma pessoa em situação de rua pode acreditar em solidariedade? Eles vivem no sertão da marginalidade. À margem da cidadania, daí vivem no sertão da marginalidade. À margem da

¹⁰ Aquilo que deveria permanecer no inconsciente coletivo como um híbrido monstro entre humano e ferino, dividido entre a selva e a cidade – o lobisomem – é, portanto, na origem a figura daquele que foi banido da comunidade. Que ele seja definido homem-lobo e não simplesmente lobo (a expressão *caput lupinum* tem a forma de um estatuto jurídico) é aqui decisivo. A vida do bandido – como aquela do homem sacro – não é um pedaço de natureza ferina sem alguma relação com o direito e a cidade; é, e, vez disso, um limiar de indiferença e de passagem entre o animal e o homem, a *phýsis* e o *nómos*, a exclusão e a inclusão: *loup garou*, lobisomem, ou seja, *nem homem nem fera*, que habita paradoxalmente ambos os mundos sem pertencer a nenhum (...) O estado de natureza hobbesiano não é uma condição pré-jurídica totalmente indiferente ao direito da cidade, mas a exceção e o limiar que o constitui e o habita; ele não é tanto uma guerra de todos contra todos, quanto, mais exatamente, uma condição em que cada um é para o outro via nua e *homo sacer*, cada um é, portanto, *wargs*, *gerit caput lupinum*. E esta lupificação do homem e humanização do lobo é possível a cada instante no estado de exceção, na *dissolutio civitatis*. Somente este limiar, que não é nem a simples vida natural, nem a vida social, mas a vida nua ou vida sacra, é o pressuposto sempre presente e operante da soberania. (AGAMBEN, 2014, p. 105)



cidadania, da lei, do *logos*. Eles vivem violência. Vivem a promessa de uma “justiça por vir”...

Daqueles que insistem em prosseguir vivendo. Viver em si já implica uma vitória. Prosseguir vivendo. Sobrevivendo. E, com isso, denunciando a exclusão. Denunciando a exploração. Denunciando a violência. Denunciando o Direito. Denunciando um Estado que pune o diferente pela diferença. Denunciando uma ordem que rejeita o Outro por sua alteridade. Denunciando a normalização que violenta a exceção. Uma normalização que torna justa a exclusão social, moral, religiosa. Regra colocada na exceção. Exceção que se torna a regra cotidiana. Aporia: um traço que une Cordisburgo a Paris. Um rastro que esses imperfeitos insistem em seguir.

A literatura, neste sentido, informa também a chance de si enquanto não dito, aquilo através e a partir do quê ela desbrava seu caminho. Dizer tudo seria aqui também, na mesma medida, segredar – índice do transbordamento da própria noção de tudo. “É justamente por isso que interpreto o *segredo literário* como a face essencialmente suplementar do *dizer tudo*, do desejo voraz de totalização, desde sempre destinado ao fracasso. (NASCIMENTO, *in*, DERRIDA, 2014, p. 30)

Quais segredos guardariam o texto “A hora e a vez de Augusto Matraga”? Um deles seguramente é sua religiosidade. O mistério da trindade está presente de modo pungente e escondido. O número três, a tríade sacra ou a tríade da dialética hegeliana? Na primeira cena, só há Matraga, Sariema e Quim Recadeiro. Sua família, composta por três pessoas. Adversários dele que formam a resistência da política? Ele, Ovídio e o Major. Sua nova família? Ele e seus novos pais. Quantos lugares são mencionados no sertão? Três...

Dialética? Onde estaria a hipótese, a antítese e a síntese? Pensamos diferente quando percebemos o “salto de Matraga” no despenhadeiro como um nascimento. Sim! Sua “transformação” operou o nascimento de um novo homem. Ou a “criação de um novo ser humano”. Assim como Jesus, ele recebeu “pais emprestados”. Quanto amor, aprendeu a ser gente. Quando vai em busca da sua “hora”, vai no lombo de um burro, o que nos remete à estrada de Cristo em Jerusalém no Domingo de Ramos. Ele vai em busca de salvação. Para si? Não! Ele vai se deixar imolar numa luta impossível de um contra sete. Sua cruz foi



outra. Foi bruta. Foi violenta. Ele não pode se imolar como o “cordeiro de Deus”. Ele é brasileiro. Ele é o sertão. Sagarana não é a Bíblia. O segredo rosiano está no segredo que aproxima e ao mesmo tempo distancia do que os intérpretes pretendem fazer. A vida é assim. Esquenta e esfria. O que ela pede de nós (pobres intérpretes de seu gênio) é coragem...

A cifra que carrega a *na* literatura é guardada na face de segredo; não que ele vá ser descoberto, talvez ele nem exista, tampouco, isso seria o seu *telos*; não há propriamente uma função e natureza para o que seria a literatura¹¹. Portanto, ela dar-se-ia nessa chance de caminhada. No segredo que diz do caminho sem apontar necessariamente a direção a ser seguida. A devoção à uma noção de alteridade é quem diz desse segredo, ora, se o “outro é secreto porque outro”, a literatura, na mesma senda, está ali como a fricção do pensamento, uma espécie de excitação, que comporta e magnetiza, e, portanto, faz literatura.

O segredo a nosso ver estaria ligado a esta dimensão que transborda a dimensão totalitária do dito, ou seja, se em Derrida, reconhecidamente, “tudo é texto”, o advento do segredo dá-se nesse caso exatamente na dimensão de uma alteridade que alcança o próprio texto literário; o texto é sempre um texto do *outro*, um *outro* texto, assim, em duas vias: primeiro, a ausência de quem lê, no ato da escrita, da mesma feita, a ausência de quem escreveu, no ato da leitura. Portanto, e portanto, a literatura segue uma senda sem estar confinada a quaisquer determinações, minando a chance de totalização: a própria chance da desconstrução, que ao cabo, sem fim, abre-se ao outro; o texto, nesta via, seria o local em que tudo vive na dimensão do encontro. E não foi em outro gosto que sentimos o destino de Matraga a se desenrolar na trama de Guimarães Rosa.

O segredo que contém literatura, ou a literatura que se contém no segredo, aquilo que não pode ser acessado, aquilo que pode inclusive, como nos ensina Derrida, tampouco existir, é que faz a *paixão* da literatura – uma expectativa que

¹¹ Não pode haver natureza nem função da literatura em si, justamente porque ela não tem nenhuma essência e nenhum sentido previamente estabelecidos. O que se reconhece como literatura deriva de convenções e intenções mais ou menos conscientes que se estabelecem do lado de quem escreve e são reconhecidas como tais do lado de quem lê. Mas essa legitimação do literário em momento algum se faz de forma homogênea, nem tem duração permanente no tempo e no espaço. (NASCIMENTO, in, DERRIDA, 2014, p. 14)



não tem o dever de se cumprir, uma não necessidade que atravessa todo o *corpus* do texto e que se mantém, no entanto, intocado. A essa inscrição críptica que podemos referir o segredo da literatura. Na sua estranheza ante a lei, na sua estrangeiridade, e, portanto, em uma constante dimensão de *por vir*. A literatura aqui se daria naquilo que compõe uma fuga, uma fuga de quaisquer essencialismos. Rosa compõe esse segredo impedindo Matraga de se doar a um conceito, seja para o bem ou mal, ele sempre aponta para um local adiante.

Matraga porta o *próprio* do segredo que estamos a nos referir. Ele conduz a trama sem anunciar qual será, talvez, por não saber seu desfecho, ou seja, aponta o caminho, ora para a redenção, ora para a própria morte. Matraga mantém o segredo intocado. Rosa sabia do segredo dessa literatura estranha, um autor que reinventando a noção de linguagem, empresta ao dizer derridiano de estranheza da literatura, uma boa mostra de seu apuro. Matraga está sempre estranho ao mundo em que vive; sempre transbordando as regras, segue seu destino. E essa inscrição do *por vir* e do segredo estão inscritas no título da obra “a hora e vez de Augusto Matraga” e é alimentada ao redor do percurso a partir da fala do padre: “cada um tem sua hora e vez: você terá a sua” (ROSA, 2015, p. 314) E por aqui iremos nos conduzir ao segredo que Matraga porta até o fim da trama.

O gênio de Rosa se encontra com a noção de *por vir* derridiano, que estaria tanto em sua noção de uma democracia, como no segredo da literatura. Pois, o *por vir*, como sintagma da democracia derridiana, não significa um democracia futura, amanhã, mas sim, aquilo que necessariamente leva a democracia para mais adiante de si, quer dizer, não é para amanhã, mas sim para um presente que ainda e sempre está a se construir. E nesse encontro há uma relação intrínseca com o segredo da literatura, ora, se o poder de tudo dizer é um algo que não pode ser negado à literatura sob pena de ataque à democracia, a outra face desse dizer restaria nesse segredo, naquilo que ainda não é, e, quiçá, um dia se efetivará em concreto; pois, o interesse aqui é para a guarda do segredo, naquilo que permite, assim, uma *não resposta*, porém, não como exata oposição ao tudo dizer, mas sim, para além das obrigações e dos deveres do eu – sempre que nos referirmos ao segredo, a questão que importa é observarmos que *há segredo*, e que ele seria o que mantém qualquer dimensão da



desconstrução como *estratégia* de pensamento. E, mais ainda, como um pensamento do outro, que sob pena de nunca vir, tem sua face enquanto segredo – e não poderia ser outra a noção se considerarmos que só há alteridade que se diga com esse nome se porventura houver essa questão do segredo; captar o outro, dizê-lo, encerrar a trama, é reconhecer que não há segredo, logo, a chance do outro vir.

Assim, o Outro, como nos ensina Derrida, em alargamento ao pensamento levinasiano, diz-se: *tout autre est tout autre*, ou seja, para além do *logos*, e dentro do *tudo* dizer da literatura *há* sempre esse segredo inscrito, a ser *inscrito*, ali, à espera, não de sua totalização, mas de manter assim a expectativa e, logo, manter o pensar: o outro seria então o que instrui essa noção do *tudo*, pois, se é tudo, necessariamente, uma aporia: se de um lado, tudo pode ser dito, de outro, *tudo* nunca está alcançado, e aí residiria a paixão da literatura, a chance de dizer *tudo*, portanto, inacabada, portando então o segredo, que seria, talvez, a morada sem casa do outro, que sempre estará *por vir*, seja em forma de um significante mais, de uma inscrição nova, de um leitor que vem.

O dizer da literatura abre-se para o campo do que vem, ou seja, claramente, ao invés de uma totalização, busca-se uma abertura. Se por uma via, abre-se com o *tudo* a chance de tudo que vem, para o bem ou para o mal, consequentemente caímos em aporia, pois, o *tudo* é e sempre será sem fim, logo, estar na literatura seria sempre uma espécie de abertura ao que vem, e em nosso entendimento, por isso mesmo, a literatura poderia ser considerada sempre estrangeira; estrangeira de si, pelos motivos que já trouxemos, e, além disso, condição para que haja *hospitalidade*. Assim lida, a literatura traz consigo, neste *tudo poder dizer*, a mostra de que a *invenção* e a *hospitalidade* são correlatos dela mesma. Isso pelos motivos que traremos brevemente, não sem antes reafirmar que entendemos esse *tudo* como uma aporia, pelo fato de que ele mesmo nunca poderá ser alcançado.

Tudo seria sempre *tudo + n*, ora, sempre que supostamente alcançado, ali, na outra margem, estaria uma dimensão que apontaria seu inacabamento¹²,

¹² Estabelecemos um diálogo entre o texto *A terceira margem do rio* de Guimarães Rosa e a noção de justiça impossível derridiana, para mostrar como atua a desconstrução em sede deste último. A pensar esta questão, ajuda-nos a compreender em que *desmedida* doam-se os



isso se levamos a sério o termo *tudo*, que antes de um porto de chegada apareceria aqui como a própria trama do literário, aquilo que não o encerra em um conceito, contudo, ao se efetivar enquanto literatura, traz consigo duas outras dimensões: a nova, que ela acaba de inventar enquanto literatura e, no mesmo ato, a abertura para o próximo *n* que compõe com o *tudo* sua condição de ser ainda que não acabado e encerrado.

Logo, o *tudo* se nos mostra como correlato da invenção tal qual lida por Derrida, ora, para esse autor, a invenção o é apenas quando uma invenção *impossível*, pois, uma que acaso se mostrasse possível, com um caminho pré-determinado, com um fim a ser alcançado, a cumprir etapas também pré-determinadas, nada seria, senão, uma ação infértil, enfadonha e indisposta ao que vem. Portanto, a noção de invenção em Derrida anuncia-se com a seguinte frase, “a única possibilidade da invenção é a invenção do impossível”, e por mais que se apresente talvez como uma contradição, parece-nos claro que o idioma da desconstrução queda anunciado, ou seja, um pensamento devotado eticamente ao que vem, de modo algum, poderia se dar à sanha totalizante que

impossíveis derridianos, aqui trazidos à baila sob a alcunha da *invenção* e da *hospitalidade*, mas que, porém, guardam similitude de fundo com a discussão acerca da justiça e do direito em Derrida: “A terceira margem opera já um deslocamento, um assombro no pensamento, porque ela não traz consigo uma hipótese de ser vislumbrada ou finalizada em um conceito. Primeiro porque o pensamento não poderia alcançar aquilo que não existe, um rio comportaria duas margens, e ainda, mais uma questão importante, a ideia de colocar uma primeira, uma segunda e uma terceira margem; como alcançar essa distinção numérica que coloca uma após a outra, a primeira após a segunda, qual seria primeira e qual seria segunda? (...) Ela se coloca para além das duas margens do rio. Da mesma maneira, a justiça “enquanto experiência daquilo que não podemos experimentar” também se dá em uma margem que o direito não alcança. Logo, pensamos a justiça como a própria terceira margem que nos propõe Guimarães Rosa. Ela não está nunca dada à mão, requer que seja, portanto, inventada. Por isso a insistência na questão da aporia. A justiça seria talvez aquilo que não deixa o direito se colocar violentamente sem que possa ser questionado. A sua aporia abre um espaço que não é vislumbrado, ou calculado, para falarmos com Jacques Derrida. (NOGUEIRA, 2018, p. 152)

O quê, como nos ensina Evando Nascimento, deve sempre ser considerado: “Os temas da impossibilidade e o da incondicionalidade, sob o signos das quais se inscreve a literatura, poderiam sugerir uma utopia destrutiva, mas isso não acontece porque a incondicionalidade só passa a existir, com efeito, dentro de determinadas circunstâncias. O absoluto incondicional da justiça significa uma promessa de aperfeiçoamento sem fim do direito, das leis e da legalidade em geral, inclusive dos direitos humanos. Sem essa efetividade, a justiça incondicional se reduziria a mera abstração. A especificidade do direito garante a força geral da justiça, que nenhuma democracia particular conseguira, por si só, pôr em prática, restando uma tarefa comum a todas as democracias do planeta, a de se manifestarem como fiadoras do justo absoluto. Sem esse empenho em nome de uma democracia por vir, vindoura, “vindo” (o sintagma *à-venir* tem todas essas conotações), nada de democracia real, nada de política amplamente democrática. A potência da literatura, enquanto instituição ligada às modernas democracias, com o poder praticamente infinito de dizer tudo, consiste em encenar esse desejo de justiça, ali mesmo onde até o mais simples direito falta (NASCIMENTO, in, DERRIDA, 2014, p. 25-26)



diuturnamente escutamos, mesmo entre as mais profundas discussões éticas. Neste sentido, para que haja invenção, pensamento, não podemos de antemão antecipá-los¹³.

O *acontecimento* de que já falamos requer para si um necessário momento aporético, pois, se o outro, o que vem, são inantecipáveis, talvez, seu lugar seja exatamente o da aporia, que o mantém intocado, inacessível, neste não-lugar que o protegeria de nossa intenção interruptiva do gozo que vem. Expliquemos (neste momento um riso vem à face, a desconstrução é um riso/gozo!)¹⁴:

O pensamento da desconstrução, como um pensamento outro, do outro¹⁵, nunca dá-se ao nosso alvedrio egológico, pelo fato mesmo dessa aporia que agora se apresenta como nome da invenção; nunca pode ser aquilo que já sabíamos poder inventar, logo, quando há invenção, apenas pode sê-la com esse nome se houver o transbordamento do que já foi um dia, ou seja, *inventar-se a invenção*, e, para que seja, inventa-se as regras da invenção, por isso mesmo, só se inventa o que é impossível inventar. Essa aporia é o que segue na desconstrução, que seria essa ânsia pelo que vem, sem que haja um dizer antecipador e, portanto, algoz do outro. A invenção vem e não podemos vê-la

¹³ Para o filósofo franco-argelino, reinventar ou desconstruir a invenção seria não se contentar com a sua dimensão possível, pois, desse ponto de vista, ela resumir-se-ia à exposição de um programa, à ordenação de um conjunto de possibilidades já existentes, enquanto para ser realmente uma invenção, ela deveria justamente surpreender, romper com as regras, com o programado, com o esperado. Como Derrida assume: “Uma invenção pressupõe sempre alguma ilegalidade, a quebra de um contrato implícito, ela insere uma desordem na pacífica ordenância das coisas, ela perturba as propriedades, (...) ela frustra as expectativas.” (FREIRE, 2015, p. 5)

¹⁴ A desconstrução talvez tenha como efeito, senão como missão, liberar gozo proibido. É a esse respeito que se deve tomar partido. Talvez seja esse gozo o que mais irrita os adversários notórios da “desconstrução”. São eles que, aliás, recriminam aqueles a que chamam de “desconstrucionistas” por privá-los de seu deleite habitual na leitura das grandes obras ou dos ricos tesouros da tradição, e, simultaneamente, por serem tão lúdicos, obtendo tanto prazer e dizendo o que bem entendem para o próprio prazer etc. Contradição interessante o sintomática. Esses mestres da “lógica capciosa” entendem de alguma forma obscura que os “desconstrucionistas”, para utilizar esse vocabulário ridículo, não são os que mais se privam de prazer. O que, às vezes, é difícil de suportar.” (DERRIDA, 2014, p. 84-85)

¹⁵ Eu sublinho. E sublinho para, além da “definição” da Desconstrução como um pensamento ou como uma experiência do impossível ou do outro, isto é, da alteridade absoluta, enfatizar o “mais de uma voz”, a polifonia ou a “multiplicidade de vozes” na voz, numa só voz, , que faz soar o toque a finados pelo “monólogo” ou pelo dito “diálogo interior” acolhe a visitação ou a vinda do outro como outro – como outro, isto é, como uma alteridade absoluta: um acolhimento que se confunde com a própria Desconstrução derridiana que é, ela própria, se assim se pode dizer, não só um pensamento da hospitalidade, mas um pensamento como hospitalidade: a hospitalidade incondicional ou de visitação é, como o dom, o perdão e a justiça, um dos seus impossíveis. (BERNARDO, 2014, p. 12)



chegar, pois, assim como a experiência, como a chegada do outro no momento mesmo da hospitalidade, da justiça que desconstrói o direito, são sempre conceitualmente irreconhecíveis, posto que vindo de onde não se pode esperar vir:

Um acontecimento é o que vem; a vinda do outro como acontecimento só é um acontecimento digno desse nome, isto é, um acontecimento disruptivo, inaugural, singular, na medida em que precisamente não o vemos vir. Um acontecimento que antecipamos, que vemos vir, que pré-vemos, não é um acontecimento: em todo caso, é um acontecimento cuja acontecimentalidade é neutralizada, precisamente, amortecida, detida pela antecipação (...) Assim que há ou na medida em que há um horizonte sobre cujo fundo vemos vir alguma coisa, nada vem, nada vem que mereça o nome do acontecimento; o que vem na horizontal, isto é, o que nos faz face e vem em nossa direção avançando ali onde o vemos vir, isso não acontece. Isso não acontece no sentido forte e estrito do advento do que vem, seja alguma coisa ou alguém, o que ou quem, o que ou quem em “isto vem”. Não devemos vê-lo vir, e, portanto, o acontecimento não tem horizonte; só há acontecimento ali onde não há horizonte (...) O outro é alguém que me surpreende por trás, por baixo ou pelo lado, mas assim que o vejo vir, a surpresa é amortecida. A menos que, no que vem à minha frente, olhando-me, haja todos os recursos do muito alto, do muito baixo, debaixo etc. (DERRIDA, 2012, p. 70-71)

2. A VEZ, A HORA...

À guisa de um hora a ser alcançada, uma conclusão (?), a ordem de 46 se manteve sempre à mercê de reviravoltas políticas e jurídicas, o que em nossa leitura acabou por se acasalar com o enredo inesperado da trama de Guimarães Rosa. Se de um lado, não se poderia prever e houvesse sempre um espanto a respeito do manutenção da ordem democrática, de outro, a própria noção de democracia derridiana empresta a *chance* de surpresa. De alguma forma, o *por vir*, como descrito alhures, funcionaria como esse instante do *acontecimento* único e singular que permeia toda a questão da democracia. Por ora, junto de Derrida, deixaremos os rastros dessa democracia por vir, para que possamos melhor compreendê-la dentro do arranjo que segue a *hora e vez*...

a - A *hora e vez* da democracia por vir funcionaria a princípio como uma dimensão crítica e de combate ante práticas que sejam ou estejam a atuar contra a democracia, ou seja, em idioma derridiano, a atuar contra os inimigos da



democracia. Porém, mais ainda, o *por vir* indica também um cuidado ante a retórica esvaziada que se vale de termos como democracia e direitos humanos como formas de velar o próprio esquecimento, como forma de escamotear aquilo que Zizek chamaria de “violência objetiva”. Nesta primeira volta, o *por vir* indicaria que o outro, aquele ou aquilo que vem, permanecerão sempre vindo, ou seja, não há que se falar em uma chegada da democracia, nem, tampouco, que aqui ela se efetivou, o apelo do *por vir* mantém a democracia em tom crítico de si, e isso, é o mote para o acolhimento irrestrito das novas formas de existências que porventura ainda e nunca e hoje, não *estarão e estiveram e estão* acolhidas. Neste primeiro momento então marcamos a natureza aporética do *por vir*, a anunciar a instância de promessa e ao mesmo tempo a dizer que a democracia nunca estará dada em um presente acabado, sempre a indicar os paradoxos que a conduzem, ou em palavras de Derrida:

O “por vir” [“à *venir*”] não significa apenas a promessa, mas também que a democracia não existirá nunca, no sentido da existência presente: não porque será diferida, mas porque permanecerá sempre aporética na sua estrutura (força *sem* força, singularidade incalculável e igualdade calculável, comensurabilidade e incomensurabilidade, heteronomia e autonomia, soberania indivisível e divisível ou partilhável, nome vazio, messianicidade desesperada ou desesperante, etc.) (DERRIDA, 2009, p. 168-169)

E junto desta questão, a democracia por vir também o é por aquilo que acima já anunciamos, ou seja, a auto imunidade intrínseca à democracia, que significa dizer que de dentro de si, em seu seio e por força de sua constituição, a democracia é o regime que se permite auto criticar, aquilo que em idioma derridiano chama-se um “direito à autocrítica ou à perfectibilidade”.

Este momento é importante pois é a hora e vez de mostrar porque a democracia nunca está presente e, ao mesmo tempo, a literatura, pois, aquela, pelo seu estado de por vir, torna-se sempre, e a cada instante, outra, em relação ao que já foi; neste mesmo enredo, o poder da literatura, faz com que ela se torne como tal, quando atende ao reclame do *acontecimento*, ou seja, a literatura é da instância do *acontecimento*, da *invenção* e da *hospitalidade*, uma vez que inaugura a cada ato uma outra, daí sua abertura ao que vem e daí o que impossibilita apreendemo-la em um conceito estanque, tal qual, o regime que



garante seu *poder de tudo dizer*, a democracia. Esta autocrítica encarnada na democracia por vir encerraria assim mais uma aporia, de um lado, a autocrítica é a chance da democracia dar-se como tal, de outro, expõe-se a uma espécie de fragilidade.

b – A hora e vez da *democracia por vir* implicaria aqui um outro horizonte, qual seja, aquele que indica que o *por vir* na exata dimensão do que não apropriável ou antecipável, neste sentido, Derrida aponta já para o enlace entre democracia por vir e hospitalidade, que indicaria uma abertura do pensar como *por vir*, de uma *hospitalidade incondicional* e, portanto, de uma democracia *por vir*; a percepção do *por vir* como evento, como *acontecimento*, é o que move esse sintagma que anima a concepção de desconstrução da democracia, da democracia como desconstrução e da desconstrução como democracia¹⁶, que para além de quaisquer essencialismos envoltos a este termo, libera o pensamento para uma dimensão de alteridade; e este *por vir* como evento, para sê-lo, não poderia estar aqui à disposição, senão, como abertura, como rasura.

O que implica um pensamento do evento (único, imprevisível, sem horizonte, não dominável por qualquer ipseidade nem por qualquer performatividade convencional e portanto consensual) que se marca num “por vir” [*à venir*] que, para além do futuro (uma vez que a exigência democrática não espera), nomeia a vinda *do que* vem e *de quem* vem, a saber, do chegante [*l’arrivant*], a quem nenhuma hospitalidade condicional deveria nem poderia limitar a irrupção nas fronteiras de um Estado-nação policiado. (DERRIDA, 2009, p. 169)

¹⁶ O que não excluía portanto talvez a possibilidade, e o direito, de, um dia, abandonar a herança do nome, de mudar de nome. Mas sempre em nome do nome e por conseguinte traindo ainda a herança *em nome da* herança: “Ao dizer que a manutenção deste nome grego, a democracia, é uma questão de contexto, de retórica ou de estratégia, de polémica mesmo, ao reafirmar que este nome durarão tempo que for preciso mas não mais, ao dizer que as coisas se aceleram singularmente nestes tempos que correm, não se cede necessariamente ao oportunismo ou ao cinismo do anti-democrata que esconde seu jogo. Pelo contrário: salvaguarda-se o seu direito indefinido à questão, à crítica, à desconstrução (**direitos garantidos, em princípio, por toda a democracia: não há desconstrução sem democracia, não há democracia sem desconstrução**). Salvaguarda-se este direito para marcar estrategicamente o que não é mais uma questão de estratégia: o limite entre o condicional (os bordos do contexto e do conceito que encerra a prática efectiva da democracia e a alimentam no solo e no sangue) e o incondicional que, desde o começo, terá inscrito uma força auto-desconstrutiva [eu poderia ter dito “auto-imunitária] no próprio motivo da democracia, a possibilidade e o dever de a democracia se delimitar a ela mesma. A democracia é o *autos* [hoje eu diria a *ipse* ou a ipseidade] da auto-delimitação desconstrutiva. De-limitação, não apenas em nome de uma ideia reguladora e de uma perfectibilidade indefinida, mas, de cada vez, na urgência singular de um *aqui agora*. (DERRIDA, 2009, p. 173-174)



c – A hora e vez da democracia por vir enlaça também a questão da justiça e do direito, quer dizer, tem-se em conta a incessante questão do Outro a povoar aqui o *por vir* e a incondicionalidade da justiça; o *talvez*, inserido ante a certeza e o cálculo do direito, alarga-o para além de si, nada que signifique negá-lo, o que seria uma *contradictio* dentro do pensamento da desconstrução, que não nega os conceitos, ao contrário, é um pensamento do sim, que estrategicamente ao inverter e deslocar os termos, deixa vir, quem ou o que estava escondido na estrutura dada de um conceito. Neste sentido,

inscreve então a necessidade da democracia por vir não apenas na axiomática da messianicidade sem messianismo, da espectralidade ou da *hantoloige* (...) mas também na singular distinção entre o direito e a justiça (heterogêneos mas indissociáveis) que, proposta em *Force de loi*, se desenvolve em *Spectres de Marx*, no decurso de uma discussão da interpretação heideggeriana da *Dike* como reunião, ajuntamento e harmonia. Pelo contrário, eu propunha então ligar a justiça ao desajuntamento, ao ser *out of joint*, à interrupção da relação, à desligação, **ao segredo infinito do outro**. (DERRIDA, 2009, p. 171)

d – A hora e vez, mais do que a própria narrativa, importa observar a própria estrutura que atravessa a estória a partir de seu título: “A hora e vez de Augusto Matraga”; cabe observar que o gênio de Rosa empresta uma relação de grande similitude com o *por vir* da democracia, ou seja, o *por vir* derridiano afeta a linguagem no sentido do *talvez*, na direção que aponta para uma abertura à liberdade, abertura que é inquieta, que é inquietante, e no idioma derridiano, ameaçada e ameaçadora, que é abertura ao que vem – abertura, a nosso sentir, que vem expressa durante todo o *corpus* do texto de Rosa a partir da enunciação advinda do título aliada à locução de Matraga “meu dia há-de chegar”.

Assim, “a hora e vez” talvez possa dar a entender que Matraga encontrará sua hora e sua vez, que ele será alcançado por alguma graça, em algum momento, e de uma só vez, porém, quando escutamos no texto, “meu dia há-de chegar”, entendemos que de alguma forma também Rosa traça uma promessa que é a aporia pela qual o quase conceito derridiano de democracia reclama passagem ou reclama pouso; quer dizer, “a hora e vez” lançada à locução “meu dia há-de chegar”, impede uma essência determinada e determinante, seja do



que vem, seja de quando virá, e, mesmo, se algum dia virá. Pois, “hora e vez” pode ser qualquer hora e qualquer vez, porém, sem quaisquer garantias, e, o agravamento vem a partir da indicação “há-de vir”.

Nestes termos, a leitura empreendida até aqui acaba por se enlaçar: a ordem constitucional, conforme exposto, que mostra que o *por vir* é e será sempre uma marca do que se chama democracia, ou seja, pela via da auto-imunidade e mesmo da messianidade sem messianismo que nos ensina Derrida, percebemos que aquilo que é da ordem democrática, dar-se-á sempre nessa medida “perigosa”, na qual, ao mesmo tempo em que se garante enquanto ordem pela sua condição de auto-crítica e de perfectibilidades, é e está sempre ameaçada pela sua própria condição e estrutura aporética.

O enredo que constituiu a ordem descrita aqui mostra que esses sobressaltos histórico-político-jurídicos compõe a própria cena da democracia que é, como sabido, o único regime que se permite criticar “de dentro”. Neste rumo, a ordem ali evidencia a marca do *por vir*, pois, surpreende com sua ausência de teleologia e ao mesmo tempo, com sua condição de inacabamento. A ordem se manteve até a próxima curva do sertão.

O sertão traz Matraga, que na mesma linha do que se diz *por vir*, não permite que haja uma saturação de sentidos, daí que não poderíamos deixar de pensar a questão da *literatura*, da *hospitalidade* e da *invenção* junto de Derrida, tendo em conta a maneira como o texto rosiano se constrói, ou seja, em Matraga, nada está dado, ora, como em um lance de dados, os *ocazos*, a noção de alteridade, a todo momento vem balançar as certezas de um enredo que estaria a se anunciar.

Assim, Matraga evidencia a questão da literatura quando surpreende-nos em seu desfecho, porém, importa considerar que é da literatura a surpresa, isso pelos motivos que adiantamos; a surpresa enquanto *acontecimento*, enquanto aquilo que determina a ausência de ontologia ante a literatura e que por isso, libera os interditos a partir da vinda do outro.

Matraga anuncia no título “hora e vez”, aquilo que a nós parece ser a própria senha do literário, que *tudo pode dizer*, permitido pela noção da autoimunidade de uma democracia *por vir*. Miremos, a democracia nunca está, a literatura nunca diz *tudo*, e como anuncia na primeira frase do texto, “Matraga



não é Matraga, não é nada”, ou seja, os sinais de que a narrativa rosiana aponta para o por vir, que é o índice da democracia, e que perpassa a turbulenta ordem de 46. Não há essência para Matraga, como não há essência da literatura e nem tampouco da democracia¹⁷.

Ao fim do conto, poder-se-ia perguntar ainda se a morte de Matraga não emperraria a noção de *por vir*. Bom, isso se a noção de fim, de morte impuser uma clausura na história. Mas, a morte de Cristo foi o fim? O começo? Há começo e fim das coisas num tempo que nega a cronologia? Numa terra que nega a geometria? Jerusalém é sertão?

Assim, se de um lado Matraga morre, de outro, o conto poderia aí iniciar em sede de interpretações do que seria o sertão, dos seus segredos, desafios e limites. O fim da leitura não significa o fim do texto. O fim do texto, tampouco, encerra a leitura. O fim, em sede do pensar derridiano, nem sempre é o fim¹⁸. O *por vir*, certamente, não diz o que é *por vir*, ele apenas acontece, neste rumo, o fim do conto se encontra com seu próprio título, ambos lançados ao que vem, miremos:

“— Põe a benção na minha filha... seja lá onde for que ela esteja... E, Dionóra... Fala com a Dionóra que está tudo em ordem! Depois, morreu.”

Última frase do conto.

“Matraga não é Matraga, não é nada”

Primeira frase do conto.

Onde inicia e onde finda o sertão?

Sertão é por vir. Não se pode prever.

¹⁷ A democracia não é o que é senão na *différance* pela qual se difere de si mesma. Ela não é o que é senão espaçando-se para além do ser, e mesmo para além da diferença ontológica; ela é (sem ser) igual e própria a si mesma apenas enquanto inadequada e imprópria, ao mesmo tempo atrasada e adiantada em relação a si mesma, ao Mesmo e ao Uno de si mesma, interminável no seu inacabamento para além de todos os inacabamentos determinados (DERRIDA, 2009, p. 96)

¹⁸ Limitrofia, eis aí pois nosso tema. Não apenas porque se tratará do que nasce e cresce no limite, ao redor do limite, mantendo-se pelo limite, mas do que alimenta o limite, gera-o, cria-o e o complica. Tudo que direi consistirá sobretudo em não apagar o limite, mas em multiplicar suas figuras, em complicar, em espessar, em desfazer a linearidade, dobrar, dividir a linha justamente fazendo-a crescer e multiplicar-se. Além disso o sentido considerado primeiro ou literal de *trephe*, é bem este: transformar aumentando a espessura, por exemplo, fazer coalhar o leite. (DERRIDA, 2002. p. 58)



Não parece ser outro o caminho que Blanchot permite reconhecer, uma vez que tratamos de fins em um sentido especial...

“Todo pensamento emite um Lance de Dados”. É a cláusula e é a abertura, é a invisível passagem em que o movimento em forma de esfera é constantemente fim e começo. Tudo está acabado e tudo recomeça. O Livro é assim, discretamente, afirmado no devir que é talvez seu sentido, sentido que seria o próprio devir do círculo. O fim da obra é sua origem, seu novo e seu começo: é a possibilidade aberta uma vez mais, para que os dados novamente lançados sejam o próprio lance da fala mestra que, impedindo a Obra de ser – Um lance de dados jamais – deixa voltar o último naufrágio em que, na profundidade do lugar, tudo sempre já desapareceu: o acaso, a obra, o pensamento, exceto na altitude talvez [...] (BLANCHOT, 2013, p. 359)



REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer O poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. 2ª edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ALONSO, Angela; GOMES, Angela de Castro & STARLING, Heloísa Murgel. **Conflitos: fotografia e violência política no Brasil, 1889-1964**. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2018

BARROS, Manoel de. **O livro das ignoranças**. Biblioteca Manoel de Barros. São Paulo: LeYa, 2013.

BARROS, Manoel de. **Tratado das grandezas do ínfimo**. Biblioteca Manoel de Barros. São Paulo: LeYa, 2013.

BLANCHOT, Maurice. **O livro por vir**. Tradução Leyla Perrone-Moisés. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. **A resposta correta: incursões jurídicas e filosóficas sobre as Teorias da Justiça**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2011.

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida**. Tradução de Marileide Dias Esqueda, revisão técnica e introdução de Evando Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

DERRIDA, Jacques. **O animal que logo sou (A seguir)**. Tradução de Fábio Landa. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DERRIDA, Jacques. **Paixões**. Tradução de Lóris Z. Machado. Campinas: Papirus, 1995.

DERRIDA, Jacques. **Vadios dois ensaios sobre a razão**. Coordenação científica da edição, tradução e notas Fernanda Bernardo. Tradução de Fernanda Bernardo, Hugo Amaral, Gonçalo Zagalo. Revisão da tradução Fernanda Bernardo, Hugo Amaral. Coimbra: Terra Ocre- unip. Lda, 2009.

DUQUE-ESTRADA, Elizabeth Muylaert. **Nas entrelinhas do talvez: Derrida e a literatura**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio – Ed. Via Verita, 2014.

NOGUEIRA, Bernardo Gomes Barbosa; RIBEIRO, Fernando José Armando (Orientador). **Direito e Literatura: hospitalidade e invenção**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Direito Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.



NOGUEIRA, Bernardo Gomes Barbosa; SILVA, Ramon Mapa da. **Ecos do Trágico sobre a tragédia grega e a origem dos direitos humanos**. Ouro Preto: Livraria e Editora Real de Ouro Preto, 2010.

ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira Participações S.A., 2015.

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

